

Serviço de Apoio  
às Micro e  
Pequenas  
Empresas de  
Roraima -  
SEBRAE/RR

**Demonstrações intermediárias em  
30 de setembro de 2017 e 2016**

## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/09/2017	31/12/2016	Passivo	Nota	30/09/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.979	12.435	Fornecedores	12	678	387
Recursos vinculados a convênios e contratos	8	1.491	204	Obrigações trabalhistas		235	286
Créditos com o sistema SEBRAE	15	2.552	1.885	Obrigações tributárias		166	362
Transações com convênios a executar	9	70	94	Provisões trabalhistas	13	1.635	1.200
Despesas antecipadas		62	46	Obrigações com o sistema SEBRAE	15	1.493	204
Outros créditos		522	131				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>10.676</b>	<b>14.795</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>4.207</b>	<b>2.439</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	14	28	55	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	-	52
Aplicações financeiras	10	28.184	25.193	Obrigações com o sistema SEBRAE	15	-	16
Imobilizado	11	14.339	6.294				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>42.551</b>	<b>31.542</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>68</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	16		
				Superávit acumulado		46.882	41.677
				Ajuste de avaliação patrimonial		2.138	2.153
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>49.020</b>	<b>43.830</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>53.227</b>	<b>46.337</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>53.227</b>	<b>46.337</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo  
Diretora Superintendente

Almir Morais Sá  
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza  
Diretora Técnica

Fabiana Rodrigues Marques  
Contadora CRC-RR 1007



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

Balanco Orcamentario

Periodo de nove meses findos em 30 setembro de 2017 e 2016

(Em reais)

Receitas	Periodo: Janeiro a Setembro de 2017				Balanco Orcamentario - Sebrae/RR				RS mil		
	Execução Periodo Anterior (a)	Ano Atual		%	Δ %	Despesas	Execução Periodo Anterior (a)	Ano Atual		%	Δ %
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes	35.062	40.055	28.083	70,11%	-19,90%	Despesas Correntes	20.214	37.338	22.119	59,24%	9,42%
Contribuição Social Ordinária-CSO	30.137	29.489	22.118	75,00%	-26,61%	Pessoal, Encargos e Benefícios	9.366	15.050	9.529	63,32%	1,74%
Contribuição Social do Sebrae/NA-CSN	972	5.532	2.697	48,75%	177,47%	Serviços Profissionais e Contratados	6.281	16.647	7.592	45,61%	20,87%
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	105	958	-	0,00%	0,00%	Demais Despesas Operacionais	3.877	4.919	4.359	88,62%	12,43%
Aplicações Financeiras	3.265	3.360	2.648	78,81%	-18,90%	Encargos Diversos	648	671	607	90,46%	-6,33%
Empresas Beneficiadas	457	516	488	94,57%	6,78%	Transferências	42	51	32	62,75%	-23,81%
Outras Receitas	126	200	132	66,00%	4,76%						
Déficit Corrente	-	-	-	-	-	Superávit Corrente	14.848		5.964		
Receitas de Capital	207	-	-	0,00%	0,00%	Despesas de Capital	183	953	8.826	926,13%	4722,95%
Alienação de Bens	207	-	-	0,00%	0,00%	Investimentos / Outros	183	953	8.812	924,66%	4715,30%
Oper. Crédito / Receb. Empréstimos	-	-	-	0,00%	0,00%	Amortização de Empréstimos	-	-	14	0,00%	0,00%
Saldo de Exercícios Anteriores	-	1.500	-	-	-	Fundo de Reserva	-	3.264	-	-	-
Receitas Totais	35.269	41.555	28.083	67,58%	79,63%	Despesas Totais	20.397	41.555	30.945	74,47%	151,71%
Déficit Total	-	-	2.862	-	-	Superávit Total	14.872	-	-	-	-
Total Geral	35.269	41.555	30.945	74,47%	87,74%	Total Geral	35.269	41.555	30.945	74,47%	-12,26%

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo  
Diretora Superintendente

Amir Moraes Sá

Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza  
Diretora Técnica

Fabiana Rodrigues Marques  
Contadora CRC-RR 1007



## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima -

### Demonstrações dos resultados

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
<b>Receitas operacionais</b>					
Contribuições sociais	15	8.596	24.815	14.818	33.800
Receitas de empresas beneficiadas		222	487	274	457
Receita de convênios, subvenções e auxílios financeiros		-	-	-	105
Outras receitas operacionais		7	106	15	488
		<u>8.825</u>	<u>25.408</u>	<u>15.107</u>	<u>34.850</u>
<b>Despesas operacionais</b>					
Pessoal, encargos e benefícios sociais	17	(3.328)	(9.529)	(3.408)	(9.341)
Serviços profissionais e contratados	18	(3.307)	(7.592)	(2.984)	(6.281)
Custos e despesas de operacionalização	19	(1.488)	(4.359)	(1.494)	(3.878)
Encargos diversos		(40)	(432)	(46)	(428)
Provisões		(110)	(159)	(146)	(204)
Depreciação		(254)	(707)	(133)	(396)
Outras		(40)	(66)	(88)	(209)
		<u>(8.567)</u>	<u>(22.844)</u>	<u>(8.299)</u>	<u>(20.737)</u>
<b>Superávit antes do resultado financeiro</b>		<u>258</u>	<u>2.564</u>	<u>6.808</u>	<u>14.113</u>
Receitas financeiras	20	803	2.648	1.258	3.265
Despesas financeiras	20	(8)	(23)	(7)	(16)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<u>795</u>	<u>2.625</u>	<u>1.251</u>	<u>3.249</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u>1.053</u>	<u>5.189</u>	<u>8.059</u>	<u>17.362</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo  
Diretora Superintendente

Almir Morais Sá

Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza  
Diretora Técnica

Fabiana Rodrigues Marques  
Fabiana Rodrigues Marques  
Contadora CRC-RR 1007



## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de nove meses findos em 30 setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	30/09/2017	30/09/2016
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	5.189	17.362
Ajustes para:		
Depreciação	707	398
Resultado na baixa de imobilizado	9	123
Rendimento de aplicações financeiras de longo prazo	(1.766)	(2.086)
Baixa no ajuste da avaliação patrimonial	1	(4)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(52)	-
	<u>4.088</u>	<u>15.793</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos:</b>		
Recursos vinculados a convênios e contratos	(1.287)	274
Créditos com o sistema SEBRAE	(667)	(2.820)
Transações com convênios a executar	24	46
Despesas antecipadas	(16)	12
Outros créditos	(391)	(297)
Depósitos judiciais	27	6
<b>Aumento (redução) nos passivos:</b>		
Fornecedores	291	568
Obrigações trabalhistas	(51)	111
Obrigações tributárias	(196)	(19)
Provisões trabalhistas	435	617
Obrigações com o sistema SEBRAE	1.273	(7.919)
	<u>3.530</u>	<u>6.372</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>3.530</u>	<u>6.372</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de imobilizado	(8.761)	(183)
Aplicações financeiras	(10.251)	(7.700)
Resgate de aplicações financeiras	9.026	-
	<u>(9.986)</u>	<u>(7.883)</u>
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<u>(9.986)</u>	<u>(7.883)</u>
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(6.456)</u>	<u>(1.511)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>12.435</u>	<u>13.521</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 30 de setembro</b>	<u><u>5.979</u></u>	<u><u>12.010</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### Dirigentes

**Luciana Surita da Motta Macedo**

Diretora Superintendente

**Almir Morais Sá**

Diretor de Administração e Finanças

**Maria Cristina de Andrade Souza**

Diretora Técnica

**Fabiana Rodrigues Marques**  
Contadora CRC-RR 1007



## Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Superávit acumulado	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	23.788	2.179	25.967
Baixa no ajuste da avaliação patrimonial	-	(4)	(4)
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	13	(13)	-
Superávit do exercício	17.362	-	17.362
Saldos em 30 de setembro de 2016	41.163	2.162	43.325
Saldos em 1ª de janeiro de 2017	41.677	2.153	43.830
Baixa no ajuste da avaliação patrimonial	-	1	1
Realização do ajuste da avaliação patrimonial	16	(16)	-
Superávit do exercício	5.189	-	5.189
Saldos em 30 de setembro de 2017	46.882	2.138	49.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dirigentes:

Luciana Surita da Motta Macedo  
Diretora Superintendente

Almir Moraes Sá  
Diretor de Administração e Finanças

Maria Cristina de Andrade Souza  
Diretora Técnica

Fabiana Rodrigues Marques  
Fabiana Rodrigues Marques  
Contadora CRC-RR 1007

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Roraima - SEBRAE/RR (“Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

A sede da Entidade está localizada à Av. Major Williams, 680 - Bairro São Pedro, Boa Vista, estado de Roraima.

O SEBRAE/RR recebe recursos oriundos do SEBRAE Nacional (SEBRAE/NA), que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país.

Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. Os SEBRAE dos estados e Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/NA;
- Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Roraima - SEPLAN;
- Banco da Amazônia S/A;
- Banco do Brasil S/A;
- Caixa Econômica Federal - CEF;
- Federação das Associações Comerciais e Industriais de Roraima - FACIR;
- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima - FAERR;
- Federação do Comércio, serviços e Turismo do Estado de Roraima - FECOMERCIO/RR;

- Federação das Indústrias do Estado de Roraima - FIER/RR;
- Agência de Fomento do Estado de Roraima – DESENVOLVE RR;
- Universidade Federal de Roraima - UFRR;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Roraima - SENAR/RR e
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em Roraima - SENAC/RR.

## **2 Base de apresentação e declaração de conformidade**

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 14) e os passivos e premissas relativos a planos de benefícios pós-emprego (nota explicativa nº 22). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas pelo menos anualmente.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritos a seguir:

### **a. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas.**

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (nota explicativa nº 14).

**b. *Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego***

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado, informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 22.

**4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

**5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**6 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Reconhecimento das receitas e despesas**

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE/NA para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (nota explicativa nº 15). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE/NA, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional - CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (nota explicativa nº 15).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis significativos abrangem: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e contratos, transações com convênios a executar, créditos com o sistema SEBRAE e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

*Créditos a receber*

São reconhecidos os valores a receber pela venda de serviços e produtos da Entidade a prazo, assim como os adiantamentos a funcionários e terceiros. Não apresentam riscos financeiros significativos à entidade.

**(ii) *Passivos financeiros não derivativos***

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros, se houver, são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos significativos: fornecedores, obrigações com o sistema SEBRAE e outras obrigações.

*Contas a pagar a fornecedores*

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo.

**(iii) *Instrumentos financeiros derivativos***

A Entidade não opera com instrumentos financeiros derivativos.

**c. *Imobilizado***

**(i) *Reconhecimento e mensuração***

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

**(ii) *Custos subsequentes***

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que os benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos como manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo levam às seguintes taxas de depreciação:

Descrição	Vida útil estimada
Edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Veículos e acessórios	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

(iv) **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)**

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

d. **Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.

e. **Benefícios a empregados**

**Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### **Benefícios pós-emprego**

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado (nota explicativa nº 22).

#### **f. Obrigações com convênios e contratos**

As verbas e recursos recebidos dos parceiros nos respectivos convênios são registradas no passivo circulante pelos montantes recebidos efetivamente e serão utilizadas na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios, subvenções e auxílios. Sobre esses valores não incidem juros e nem atualização monetária.

#### **g. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras estão representadas, basicamente, por rendimentos decorrentes das aplicações dos recursos da Entidade em fundos de renda fixa (nota explicativa nº 20).

As despesas financeiras referem-se, basicamente, a encargos e taxas bancárias cobrados por instituições financeiras que estão reconhecidas no resultado do exercício.

#### **h. Tributação**

O SEBRAE/RR é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais ( art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma

ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial despachada conforme acima venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, a Administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2017	31/12/2016
Caixa - fundo fixo	3	3
Bancos	61	53
Aplicações financeiras (a)	5.915	12.379
	5.979	12.435

- (a) Recursos mantidos em fundos de investimentos de curto prazo, com taxa de remuneração média de 0,83% ao mês, destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	30/09/2017	31/12/2016
Banco do Brasil S.A.	BB Curto Prazo Corporativo 600 mil	4.914	10.067
Caixa Econômica Federal	Caixa FIC Fundações Curto Prazo	2.492	2.516
			12.583
Aplicações vinculadas a recursos de CSN (b)		(1.491)	(204)
		5.915	12.379

- (b) Valores relativos à CSN a comprovar, classificados no passivo circulante que foram destacados e segregados desta rubrica para demonstrarem o montante de recursos vinculados a convênios e programas, conforme descrito na nota explicativa nº 8.

## 8 Recursos vinculados a convênios e contratos

	30/09/2017	31/12/2016
<b>Contribuição Social</b>		
CSN a comprovar	1.491	204

Correspondem a recursos financeiros vinculados a programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/RR, e que são apresentados separadamente da rubrica "caixa e equivalentes de caixa", pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da

Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. Os recursos de CSN a comprovar são destinados para execução de programas e projetos nacionais como Projeto Crescer no Campo, Atividade de Atendimento, Desburocratização pela Implementação da REDESIMPLES, Trade Turístico, Programa Nacional de Educação Empreendedora – PNEE, Cadeia Produtiva e Construções, SEBRAEBIO Agroecologia e Produção Orgânica, dentre outros.

## 9 Transações com convênios a executar

	30/09/2017	31/12/2016
Liberação de convênios		
PMBV – Rumo Certo	143	111
UFRR/AJURI - Programa Empreendedorismo em Roraima	65	65
JUNIOR ACHIEVEMENT- Introdução ao Mundo dos Negócios	-	20
	<u>208</u>	<u>196</u>
Execução de convênios		
PMBV – Rumo Certo	(138)	(102)
	<u>70</u>	<u>94</u>

Referem-se aos valores executados e comprovados por meio de prestações de contas dos parceiros, relativo a recursos de convênio, de acordo com programação prevista no plano de trabalho do exercício.

## 10 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Nome do fundo de investimento	30/09/2017	31/12/2016
Banco do Brasil	BB RF LP Corporativo 3 milhões	-	254
Banco do Brasil	BB Milênio 10 FI Renda Fixa Longo Prazo	16.093	6.954
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento SEBRAE RF LP	12.091	17.985
		<u>28.184</u>	<u>25.193</u>

Recursos ordinários aplicados nos títulos relacionados, com taxa de remuneração média de 0,88% ao mês são originários de superávit acumulado de exercícios anteriores.

## 11 Imobilizado

	Saldo em 1º/01/2017	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2017
<b>Custo</b>				
Terrenos	1.310	-	-	1.310
Edificações (a)	3.937	8.067	-	12.004
Instalações	268	-	-	268
Móveis e utensílios	685	5	(10)	680
Veículos e acessórios	488	-	-	488
Máquinas e equipamentos	719	47	(29)	737
Equipamentos de informática	2.710	642	(32)	3.320
	<u>10.117</u>	<u>8.761</u>	<u>(71)</u>	<u>18.807</u>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Edificações	(579)	(301)	-	(880)
Instalações	(268)	-	-	(268)
Móveis e utensílios	(374)	(30)	7	(397)
Veículos e acessórios	(337)	(18)	-	(355)
Máquinas e equipamentos	(307)	(44)	23	(328)
Equipamentos de informática	(1.917)	(314)	32	(2.199)
	<u>(3.782)</u>	<u>(707)</u>	<u>62</u>	<u>(4.427)</u>
<b>Provisão para perdas (impairment)</b>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>	<u><u>6.294</u></u>	<u><u>8.054</u></u>	<u><u>(9)</u></u>	<u><u>14.339</u></u>

- (a) Em fevereiro/2017 o SEBRAE/RR realizou a aquisição de dois imóveis para utilização do espaço de atendimento e de projetos finalísticos do SEBRAE/RR.

	Saldo em 1º/01/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
<b>Custo</b>				
Terrenos	1.310	-	-	1.310
Edificações	1.654	2.283	-	3.937
Instalações	268	-	-	268
Móveis e utensílios	656	57	(28)	685
Veículos e acessórios	944	-	(456)	488
Máquinas e equipamentos	700	142	(123)	719
Equipamentos de informática	2.791	179	(260)	2.710
	<u>8.323</u>	<u>2.661</u>	<u>(868)</u>	<u>10.117</u>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Edificações	(553)	(26)	-	(579)
Instalações	(258)	(10)	-	(268)
Móveis e utensílios	(365)	(36)	27	(374)
Veículos e acessórios	(552)	(127)	342	(337)
Máquinas e equipamentos	(333)	(69)	95	(307)
Equipamentos de informática	(1.773)	(401)	257	(1.917)
	<u>(3.834)</u>	<u>(669)</u>	<u>721</u>	<u>(3.782)</u>
<b>Provisão para perdas (impairment)</b>	<u>(41)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(41)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>	<u><u>4.448</u></u>	<u><u>1.992</u></u>	<u><u>(146)</u></u>	<u><u>6.294</u></u>



## 12 Fornecedores

	30/09/2017	31/12/2016
Fornecedores de materiais e serviços	<u>678</u>	<u>387</u>

Refere-se, basicamente, a obrigações contratadas junto a fornecedores de materiais e serviços para manutenção das atividades da Entidade, que serão liquidadas no decorrer do exercício.

## 13 Provisões trabalhistas

	30/09/2017	31/12/2016
Férias (a)	1.034	834
13º Salário (b)	601	-
Remuneração variável (c)	<u>-</u>	<u>366</u>
	<u><u>1.635</u></u>	<u><u>1.200</u></u>

- (a) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (b) Corresponde às provisões de 13º salário e os respectivos encargos sociais pertinentes e foram constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.
- (c) Representa a participação de empregados e administradores a título de gratificações de desempenho, calculado sobre as metas de resultados institucionais, cumprimento dos limites orçamentários e os resultados por equipes. A contabilização da provisão da remuneração variável de 2017 está condicionada à aprovação pelo Conselho Deliberativo Estadual. A reunião para deliberação da remuneração variável ocorrerá em outubro de 2017.

## 14 Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

	30/09/2017	31/12/2016
<b>Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas</b>		
Reclamações trabalhistas	<u>-</u>	<u>52</u>
<b>Depósitos judiciais</b>		
Reclamações trabalhistas	<u>28</u>	<u>55</u>

Em março/2017 houve a liquidação do saldo remanescente dos processos trabalhistas no montante de 52 mil. No julgamento da causa não foi considerado para fins de cálculo das verbas trabalhistas os depósitos recursais, resultando em um saldo remanescente a ser devolvido. A Assessoria Jurídica do SEBRAE/RR fez a petição da devolução atualizada dos depósitos recursais dos referidos processos em segunda instância.

A redução da conta de depósitos judiciais refere-se à recuperação de depósitos recursais referentes a processos trabalhistas com situação “liquidado e arquivado”, conforme documentação e relatório recebidos da Assessoria Jurídica.

A movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	Baixas	30/09/2017
<b>Reclamações trabalhistas</b>	<u>52</u>	<u>52</u>	<u>-</u>

A Entidade efetuou a baixa depósitos judiciais no intuito de contrapor as contingências trabalhistas, cuja movimentação no período encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2016	Baixas	30/09/2017
<b>Depósitos judiciais</b>	<u>55</u>	<u>27</u>	<u>28</u>

## 15 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal-chave da Administração; e
- Fundo de previdência privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

<b>Transações ativas - Créditos com o sistema SEBRAE</b>	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
CSN a receber	82	76
CSO a receber (a)	2.470	1.809
	<u>2.552</u>	<u>1.885</u>

- (a) Refere-se a valores de Contribuições Sociais Ordinárias efetivamente arrecadados e transferidos até setembro de 2017 pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

<b>Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE</b>	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
CSN a devolver	-	204
CSN a comprovar	1.491	-
Licença de software (a)	2	-
	<u>1.493</u>	<u>204</u>
<b>Transações passivas - Obrigações com o sistema SEBRAE a longo prazo</b>		
Licença de software	-	16
	<u>-</u>	<u>16</u>

- (a) Refere-se à aquisição de licenças Microsoft licitado pelo SEBRAE Nacional para benefícios de todo o sistema SEBRAE, conforme acordado com cada UF e termo de adesão, o valor respectivo será pago em 24 parcelas iguais.

### CSN a devolver

Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de "Contribuições Sociais Nacionais - CSN" recebidos e ainda não executados nos projetos específicos a que se destinam.

	<b>01/07/2017 a 30/09/2017</b>	<b>01/01/2017 a 30/09/2017</b>	<b>01/07/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/01/2016 a 30/09/2016</b>
<b>Transações no resultado - Contribuição social</b>				
Contribuição Social Ordinária – CSO	7.418	22.118	14.530	32.828
Contribuição Social Nacional – CSN	1.178	2.697	288	972
	<u>8.596</u>	<u>24.815</u>	<u>14.818</u>	<u>33.800</u>

Na conta "Contribuição Social Ordinária" são alocadas as receitas transferidas pelo SEBRAE

Nacional para custeio das atividades do SEBRAE/RR.

Em 2017, o decréscimo na rubrica “Contribuição Social Ordinária” justifica-se em razão do recebimento de recursos a título de Contribuição Social – Saldo.

O acréscimo de na rubrica de “Contribuição Social Nacional” ocorreu principalmente devido à apropriação das receitas de CSN projetos oriundos do SEBRAE/NA para subsidiar os projetos do SEBRAE/RR, além do aumento no valor do repasse mensal da CSN Saúde.

### **Remuneração de pessoal-chave da Administração**

O pessoal-chave da Administração contempla os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE/NA e Art. 6º do Estatuto Social do SEBRAE/RR é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração da pessoal chave da Administração:

	30/09/2017	31/12/2016
Remuneração de diretores	572	626
Benefícios	116	148
	<u>689</u>	<u>774</u>

A Entidade não concede empréstimos à diretoria executiva. Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar SEBRAEPREV estão descritos na nota explicativa nº 22.

## **16 Patrimônio líquido**

### **a. Superávit acumulado**

Composto substancialmente de resultados apurados ao longo dos exercícios.

### **b. Ajustes de avaliação patrimonial**

Em 2010, a Administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído a terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado em 31 de dezembro de 2010, determinou como valor justo desses ativos em 1º de janeiro de 2010 o montante de R\$ 2.722, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para superávit acumulado.

## 17 Despesa com pessoal, encargos e benefícios sociais

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Salários e proventos	(1.542)	(4.289)	(1.774)	(4.478)
13º salário	(157)	(457)	(139)	(409)
Férias	(201)	(574)	(185)	(566)
Outros gastos com pessoal	(5)	(75)	(11)	(48)
Encargos trabalhistas	(650)	(1.787)	(589)	(1.719)
Benefícios	(773)	(2.347)	(710)	(2.121)
	<u>(3.328)</u>	<u>(9.529)</u>	<u>(3.408)</u>	<u>(9.341)</u>

## 18 Serviços profissionais e contratados

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Instrutoria e consultoria	(1.493)	(2.907)	(1.600)	(2.714)
Serviços técnicos especializados	(259)	(941)	(293)	(634)
Manutenção segurança e limpeza	(413)	(732)	(153)	(462)
Demais serviços contratados	(1.101)	(2.920)	(816)	(2.289)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(41)	(92)	(122)	(182)
	<u>(3.307)</u>	<u>(7.592)</u>	<u>(2.984)</u>	<u>(6.281)</u>

## 19 Custos e despesas de operacionalização

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Diárias e hospedagens	(448)	(1.175)	(355)	(834)
Passagens, transportes e locomoção	(345)	(924)	(362)	(718)
Aluguel e encargos	(55)	(378)	(161)	(539)
Divulgação, anúncio e publicidade	(41)	(164)	(121)	(265)
Serviços gráficos e de reprodução	(318)	(990)	(277)	(806)
Serviços de comunicação em geral	(56)	(179)	(76)	(173)
Material de consumo e demais custos	(127)	(232)	(62)	(179)
Demais custos e despesas gerais	(98)	(317)	(80)	(364)
	<u>(1.488)</u>	<u>(4.359)</u>	<u>(1.494)</u>	<u>(3.878)</u>

## 20 Receitas e despesas financeiras

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos sobre recursos ordinários	<u>803</u>	<u>2.648</u>	<u>1.258</u>	<u>6.265</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Despesas bancárias	<u>(8)</u>	<u>(23)</u>	<u>(7)</u>	<u>(16)</u>

## **21 Instrumentos financeiros**

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Não houve qualquer alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de exercícios anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

### **Principais instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes: caixa e equivalentes de caixa, créditos a receber, recursos vinculados a convênios e programas e fornecedores.

### **Risco de crédito**

O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de Investimentos financeiros. A Entidade aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil S.A, Caixa Econômica Federal e Banco da Amazônia S.A. A Entidade não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito.

### **Exposição a risco de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros, pelos valores contábeis.

<b>Ativos financeiros</b>	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5.979	12.435
Créditos com o sistema SEBRAE	2.552	1.885
Outros Créditos	522	131
Aplicações financeiras	28.184	25.193
	<u>37.237</u>	<u>39.644</u>

## Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 30 de setembro de 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir (valores contábeis):

Passivos financeiros	Valor em	até 6 meses	Até 1 ano	mais de 1 ano
	30/09/2017			
Fornecedores	678	678	-	-
Obrigações com o sistema SEBRAE	1.493	1.493	-	-

## Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na nota explicativa nº 7 e 8, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

## 22 Benefícios pós-emprego

A Entidade é patrocinadora de plano de benefícios de previdência complementar aos seus colaboradores, por meio da entidade SEBRAEPREV - Instituto SEBRAE de Seguridade Social.

O plano de previdência complementar administrado pelo SEBRAEPREV é um plano de benefício do tipo Contribuição Definida (CD).

A seguir os valores de contribuições do patrocinador e dos participantes:


Contribuições	30/09/2017	31/12/2016
<b>Participantes</b>		
Básica	128	161
Serviço passado	9	13
Voluntária	28	30
<b>Patrocinador</b>		
Básica	128	161
Benefício de risco	6	8

A Entidade contrata anualmente empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras.

*Dirigentes:*

**Luciana Surita da Motta Macedo**  
Diretora Superintendente

  
**Almir Moraes Sá**  
Diretor de Administração e Finanças

  
**Maria Cristina de Andrade Souza**  
Diretora Técnica

  
**Fabiana Rodrigues Marques**  
Contadora CRC-RR 1007